TERMO DE REFERÊNCIA 007/2026
TIPO: MENOR PREÇO

COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇO – DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA
TERMO DE FOMENTO: MMA nº 028294/2025 – Portal Transferegov.br nº 978705/2025

PROJETO: Mineração? Aqui, não! Mobilização social e educação ambiental em comunidades ameaçadas pela mineração na Zona da Mata de Minas Gerais.

1. APRESENTAÇÃO

A) A INSTITUIÇÃO

O Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB) tem origem em meados dos anos 1990, por iniciativa de um grupo multidisciplinar de professores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), na forma de núcleo interdisciplinar de pesquisa, extensão e assessoria a comunidades atingidas por empreendimentos hidrelétricos na Zona da Mata – MG.

Nesta época, destaca-se a atuação do NACAB na defesa dos direitos das comunidades ameaçadas ou atingidas pelos projetos da usina hidrelétrica (UHE) de Pilar, no rio Piranga, nos municípios de Ponte Nova e Guaraciaba; da UHE do Emboque no rio Matipó, nos municípios de Raul Soares e Abre Campo.

Em 2002, o NACAB se reorganiza na forma de Associação Civil de direito privado sem fins lucrativos, tendo como fundadores o grupo original do núcleo multidisciplinar da UFV. Desde então, a organização se fortaleceu e ampliou sua margem de ação, tendo em sua trajetória atuado em cerca de 20 municípios da bacia do rio Piranga, sub-bacia do Alto Rio Doce, da bacia do Paraíba do Sul.

Ao longo dos últimos anos, a atuação do NACAB na defesa dos direitos das comunidades decorrentes da instalação de barragens, pode ser citada em empreendimentos como: Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) de Fumaça e Covanca, no rio Gualaxo do Sul; de Emboque e Granada, no rio Matipó; da Cachoeira da Providência, Cachoeira Grande e Cachoeira Escura, no rio Casca; de Pontal e Brito, no rio Piranga, além das Usinas Hidrelétricas (UHEs) da Brecha, Pilar, Jurumirim, Baú I, Candonga, todas no rio Piranga e da Barra do Braúna, no rio Pomba.

Além disso, o NACAB atuou também na assessoria técnica aos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Barra do Braúna, no munícipio de Laranjal (MG). A partir de acordo entre a Comissão de Atingidos e a empresa dona do empreendimento, Brookfield Energia Renovável, o NACAB foi convidado a assumir a administração do Programa de Reativação Econômica que já estava em andamento.

Em maio de 2019, por escolha das comunidades atingidas pelo Projeto Minas-Rio da empresa Anglo American, o NACAB assinou contrato de Assessoria Técnica Independente (ATI-39) para as comunidades Beco, Cabeceira do Turco, Sapo e Turco, no município de Conceição do Mato Dentro (MG). Neste mesmo contexto, em outubro e novembro do mesmo ano, outras sete comunidades, a saber, São José do Jassém, Itapanhoacanga, Água Quente, Passa Sete, São José da Ilha, São José do Arruda e Taporoco, escolheram o núcleo para assessorá-los. Em 2021, o contrato foi renovado.

Paralelamente, o NACAB iniciou em 2020, o trabalho de Assessoria Técnica Independente às pessoas e comunidades de atingidos vítimas do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão da Vale, no munícipio de Brumadinho, ocorrido em janeiro de 2019. Seu escopo de trabalho está na chamada região 3 da bacia do rio Paraopeba, que foi severamente afetada pelos rejeitos provenientes da Mineradora Vale S.A. Essa atuação contempla os munícipios de Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Papagaios, Fortuna de Minas, Caetanópolis e Paraopeba.

Assim, em mais de duas décadas de atuação, o NACAB tem estado presente na defesa de direitos e no fortalecimento de comunidades atingidas por empreendimentos de impactos socioambientais e por desastres ambientais.

B) O PROJETO

O projeto de parceria entre o NACAB e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima tem como objetivo promover a conscientização, formação e mobilização da população diante da atividade minerária, estruturando grupos multi-institucionais capazes de desenvolver estratégias de enfrentamento aos impactos da mineração. A iniciativa busca fortalecer o engajamento social em temas como mudanças climáticas, agroecologia, economia solidária e educação socioambiental, contribuindo para a formação de sujeitos

comprometidos com a defesa dos territórios e com a construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

A proposta surge em resposta aos impactos socioambientais decorrentes do modelo predatório de exploração mineral. Na região de atuação do projeto, destaca-se a presença de empresas mineradoras que possuem, juntas, 22 direitos minerários distribuídos entre os municípios de Amparo do Serra e Ubá. Em muitos casos, essas iniciativas avançam sem o devido consentimento ou participação das populações potencialmente atingidas. Entre os principais impactos associados a essa atividade estão o desmatamento, a insegurança hídrica, a poluição visual da paisagem, a fragilização das relações comunitárias e o agravamento da vulnerabilidade socioeconômica das comunidades locais.

Nesse contexto, o projeto pretende desenvolver ações de educação ambiental nos municípios de Cajuri, Coimbra e São Geraldo, com o objetivo de fortalecer organizações locais, comunidades e territórios ameaçados pela expansão da mineração. Estima-se que cerca de 20 mil pessoas sejam beneficiadas indiretamente pelas ações do projeto, enquanto aproximadamente 100 pessoas serão atendidas diretamente, entre agricultoras e agricultores familiares e população urbana, incluindo crianças, jovens e mulheres.

C) JUSTIFICATIVA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Para a adequada execução das atividades previstas no projeto, faz-se necessário garantir meios de deslocamento que possibilitem o acesso da equipe técnica às diferentes áreas de atuação, considerando que as ações ocorrerão em municípios distintos e poderão demandar deslocamentos frequentes para comunidades, áreas rurais e espaços de realização das atividades de mobilização social e educação ambiental.

A locação de veículo do tipo caminhonete cabine dupla, com carroceria aberta, justifica-se não apenas pelo transporte da equipe técnica, mas também pela necessidade de deslocamento de materiais, equipamentos, ferramentas de apoio, materiais pedagógicos, materiais de mobilização social e demais insumos necessários à execução das atividades. A carroceria aberta possibilita maior capacidade e flexibilidade logística, contribuindo para a organização e eficiência das ações de campo.

Considerando ainda a necessidade de pronta disponibilização do veículo, suporte técnico, eventual manutenção, substituição, retirada e devolução em tempo hábil, a empresa

CONTRATADA deverá possuir sede, filial ou base operacional em Viçosa/MG ou em municípios próximos. Tal exigência visa assegurar a economicidade, a eficiência logística e a continuidade das ações previstas no projeto.

2. ESCLARECIMENTOS

As propostas serão recebidas de **03/07/2026 a 19/07/2026**, pelo e-mail paulohenrique.tr@nacab.org.br, pessoalmente ou via Correios para Rua Santo Antônio, nº 30, apto 2, Bairro João Braz, Viçosa/MG, CEP 36576-208. As propostas deverão, impreterivelmente, conter a referência: COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇO Nº 007/2026 – ALUGUEL DE VEÍCULO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES/AÇÕES DO TERMO DE FOMENTO MMA n° 028294/2025 – Portal Transferegov.br n° 978705/2025.

3. OBJETO DO TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para locação de veículo do tipo caminhonete cabine dupla, com carroceria aberta, pelo período de 37 diárias, destinado ao deslocamento da equipe técnica na execução das ações do projeto “Mineração? Aqui, não! Mobilização social e educação ambiental em comunidades ameaçadas pela mineração na Zona da Mata de Minas Gerais”, vinculado ao Termo de Fomento MMA nº 028294/2025 – Portal Transferegov.br nº 978705/2025.

4. DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM ENTREGUES

A CONTRATADA será responsável pela disponibilização de veículo em condições adequadas de uso, conforme a demanda do CONTRATANTE e as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual. O veículo deverá possuir documentação regular, licenciamento vigente, seguro contra acidentes, manutenção preventiva e corretiva em dia, boas condições de conservação, limpeza e segurança, além de atender às exigências legais para circulação.

O veículo deverá ser do tipo caminhonete cabine dupla, carroceria aberta, com capacidade mínima para 05 passageiros, combustível flex (álcool/gasolina), potência mínima de 107 CV, cilindrada mínima de 1.3, ano/modelo 2023 ou superior.

A empresa deverá possuir sede, filial ou base operacional em Viçosa/MG ou em municípios próximos, de modo a assegurar a pronta disponibilização do veículo, o suporte técnico necessário, eventual substituição em tempo hábil e a redução de custos logísticos relacionados à execução das atividades.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta Cotação Prévia de Preço: Empresas, Organizações da Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, Microempreendedor Individual (MEI) e Cooperativas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da cotação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos.

5.2. Não poderão participar pessoas jurídicas que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, pessoas jurídicas estrangeiras que não funcionem no país, empresas em consórcio, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado, não poderá conter emendas ou rasuras, deverá estar devidamente datada, conter a razão social, endereço completo e telefone da proponente, além de estar assinada pelo responsável legal ou apresentada em formulário que contenha o carimbo do CNPJ. Poderá ser utilizado o modelo constante no Anexo I para a apresentação da proposta;

6.2. Deverão estar incluídos no preço todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, tributos, encargos, seguros, transporte, manutenção e demais despesas;

6.3. Cada interessado deverá apresentar apenas uma proposta e não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez enviadas as propostas.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. A proposta vencedora para o referido objeto será aquela que, observando o disposto neste Termo de Referência, apresentar o **MENOR PREÇO** para a locação de veículo do tipo caminhonete cabine dupla, com carroceria aberta, pelo período de 37 diárias**,** observando-se o princípio da economicidade e os valores previstos no plano de trabalho.

7.2. Serão consideradas aptas ao julgamento apenas as propostas que atenderem integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8. DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

8.1. Para fins de contratação deverão ser apresentados:

a) Regularidade Fiscal:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual, Municipal e Federal (prova de regularidade da Dívida Ativa da União e contribuições previdenciárias: Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2014);
- Prova de regularidade no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; e
- Prova de regularidade da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

b) Habilitação Jurídica:

- Sociedades empresariais: Cópia do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todos os seus aditivos/alterações, devidamente registrados, ou
- Empresa individual: Cópia do Requerimento de Empresário ou Certidão Simplificada da Junta Comercial, ou
- Comprovante de Contribuinte como Microempreendedor Individual - CCMEI.

8.2. Após análise da documentação, a empresa selecionada será convocada para assinatura do contrato de prestação de serviços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

9. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência da contratação terá início na data de assinatura do contrato e se encerrará após a execução integral das diárias contratadas, observado o prazo final estabelecido no instrumento contratual.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Preencher os critérios conforme especificações deste Termo de Referência e disponibilizar os documentos necessários para a seleção e a contratação;

10.2. Disponibilizar o veículo dentro dos prazos ajustados, em condições adequadas de uso, segurança, conservação e regularidade documental;

10.3. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da locação do veículo;

10.4. A subcontratação total ou parcial do serviço deverá ser previamente autorizada pelo NACAB;

10.5. Permanecer à disposição da Diretoria do CONTRATANTE para esclarecer ou prestar informações e apurar fatos específicos sobre matéria de competência da CONTRATADA, quando solicitada;

10.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;

10.7. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, bem como declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação;

10.8. Realizar a locação do veículo de acordo com as boas normas técnicas, em correta observância à legislação federal, estadual e municipal, vigentes ou futuras, e a quaisquer ordens ou determinações do poder público;

10.9. Executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Exercer a fiscalização dos serviços, bem como notificar a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades verificadas em sua execução;

11.2. Zelar pela correta utilização do veículo durante o período de locação, comunicando à CONTRATADA qualquer dano, sinistro ou irregularidade identificada;

11.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições a serem estabelecidas em contrato.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, após a aprovação do coordenador do projeto quanto à regular prestação do serviço de locação e após o recebimento do documento fiscal correspondente, por meio de ordem bancária em favor da proponente vencedora, até o 10º (décimo) dia útil;

12.2. O responsável somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela proponente vencedora, todas as condições pactuadas.

13. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

As partes interessadas em participar do processo seletivo devem atentar para os requisitos e prazos estabelecidos, para que o projeto consiga atingir seus objetivos com sucesso e com atuação engajada e alinhada ao compromisso de atuação do NACAB.

Viçosa/MG, 03 de julho de 2026.

ANEXO I

ORÇAMENTO

Ao Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens – NACAB.

Prezados(as) Senhores(as):

Declaro que foram examinados minuciosamente todos os itens do Termo de Referência 007/2026 referente à contratação de empresa especializada para locação de veículo, pelo período de 37 diárias, destinado ao deslocamento da equipe técnica na execução das ações do projeto "Mineração? Aqui, não! Mobilização social e educação ambiental em comunidades ameaçadas pela mineração na Zona da Mata de Minas Gerais", vinculado ao Termo de Fomento MMA nº 028294/2025 – Portal Transferegov.br nº 978705/2025.

Razão Social:	
CNPJ:	
E-mail:	
Telefone:	
Endereço Completo:	

Apresentamos nossa proposta para o objeto da solicitação acima mencionada, acatando todas as estipulações consignadas na proposta, conforme abaixo:

Item	**Qtde.**	**Unidade**	**Valor**	
			Unitário	**Total**
Aluguel de Veículo	**37**	**Diária**		
REFERÊNCIA: Veículo tipo caminhonete cabine dupla, carroceria aberta, com capacidade mínima para 05 passageiros, combustível flex (álcool/gasolina), potência mínima de 107 CV, cilindrada mínima de 1.3, ano/modelo 2023 ou superior.				

O Prazo de Validade desta Proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

_____, _____ de _____ de 2026.
Cidade/UF dia mês

_____
Assinatura
(Nome e CPF)